



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2010

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Evaristo Carvalho

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Celmira Sacramento

Adlander Matos

Filomena dos Prazeres

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados suplentes à Assembleia Nacional.

Na sua intervenção de abertura da 1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura, o Sr. Presidente apelou ao reforço de capacidades dos Deputados e funcionários parlamentares para atingir os objectivos preconizados por esta Legislatura, tendo de seguida declarado aberta a 1.ª Sessão da IX Legislatura.

De igual modo, produziram intervenções de abertura os Srs. Líderes Parlamentares Delfim Neves (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD) e Idalécio Quaresma (ADI).

O Plenário apreciou e aprovou, na generalidade, especialidade e em votação final global, os projectos de resolução n.ºs 03/IX/10 – Fixação do Elenco de cada Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional para a IX Legislatura; 04/IX/10 – Fixação da

Composição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional para a IX Legislatura; 09/IX/10 – Elege os representantes da Assembleia Nacional no Conselho de Estado, e 10/IX/10 – Elege os representantes da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Defesa. Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Domingos Boa Morte (ADI).

Por último, foi adiada a aprovação dos projectos de resolução n.ºs: 06/IX/10 – Cria o Grupo Nacional Junto da União Interparlamentar (UIP); 07/IX/10 – Cria o Grupo Nacional Junto da União Parlamentar Africana (UPA); e 08/IX/10 – Cria o Grupo Nacional Junto da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 45 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**André Varela Ramos**  
**Carlos Alberto Pires Pinheiro**  
**Carlos Manuel Cassandra Correia**  
**Cecílio Quaresma da Graça do Sacramento**  
**Celmira de Almeida do Sacramento**  
**Domingos José da Trindade Boa Morte**  
**Evaristo do Espírito Santo Carvalho**  
**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**  
**Homéro do Sacramento Augusto**  
**Idalécio Augusto Quaresma**  
**Izabel Mayza Jesus da Graça Domingos**  
**Jorge Amaro Sousa Pontes**  
**José da Graça Diogo**  
**José António do Sacramento Miguel**  
**José Manuel M. Costa Alegre**  
**Júlio Smith Lima**  
**Levy do Espírito Santo Nazaré**  
**Manuel da Graça José Narciso**  
**Martinho da Trindade Domingos**  
**Mário Fernandes**  
**Octávio da Costa de Boa Morte Fernandes**  
**Osvaldo Soares Mesquita**  
**Paulo Jorge de Carvalho**  
**Roberto Patrício das Neves Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adlander Costa de Matos**  
**António das Neves Sacramento Barros**  
**Alcino Martinho de Barros Pinto**  
**Aurélia Diamantina Vila Nova Dias da Trindade**  
**Aurélio Pires Quaresma Martins**  
**Arlindo Barbosa Semedo**  
**Carmelita de Lima Taraveira**  
**Deolindo Luís da Trindade da Mata**  
**Dionísio Fernandes Leopoldino**  
**Elsa Maria d'Alva Teixeira Pinto**  
**Ermelinda José Dias Borges de Castro**  
**Fernanda Mendonça de Azevedo**  
**Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**  
**Hélder Afonso da Costa das Neves**  
**José da Graça Viegas Santiago**  
**Júlio Lopes Lima da Silva**  
**Manuel da Cruz Marçal Lima**  
**Maria das Neves Ceita Batista de Sousa**  
**Nelson da Silva**  
**Silvia Ambrósio Gil do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança**  
**Delfim Santiago das Neves**  
**Filomena Maria de Pina dos Prazeres**

**Firmino João Raposo**  
**Francisco da Silveira Rita**  
José Luís Xavier Mendes  
**Maria Edite** Salvaterra Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

**Hélder Cravid Bonfim** Menezes

Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de informar de que se regista a ausência do Sr. Vice-Presidente Júlio Smith por se encontrar internado no Hospital Dr. Ayres de Menezes sob cuidados médicos desde sábado da semana passada.

De acordo com as solicitações dos diversos grupos parlamentares, vamos proceder à substituição dos Deputados, pelo que convido a Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa a fazer a leitura do respectivo Termo de Posse.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, bom dia. Passo a ler o Termo de Posse de Deputados substitutos.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos quinze dias do mês de Outubro do ano dois mil e dez, perante o Plenário da Assembleia Nacional, compareceram os Srs. Deputados substitutos Jorge Amaro Sousa Pontes, Osvaldo Soares Mesquita, Fernanda Mendonça de Azevedo, Nelson da Silva, Ermelinda José Dias Borges de Castro, Aurélia Diamantina Vila Nova Dias da Trindade, Júlio Lopes Lima da Silva e José Luís Xavier Mendes, dos Círculos Eleitorais de Água Grande, Mé-Zóchi, Lobata e Caué, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Domitília Trovoada, Mário Fernandes, Domingos Monteiro, Deolindo da Mata, António Afonso dos Ramos, Manuel Martins, António Monteiro e Sebastião Lopes Pinheiro, tendo os mesmos prestado juramento nos termos legais.»

Passo a chamar os respectivos Srs. Deputados.

*Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.*

O Sr. **Presidente**: — Em nome da Assembleia e em meu próprio, queria desejar boas-vindas aos Srs. Deputados e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas ora empossados e que tenham um bom desempenho no exercício desta nobre função.

Proseguindo os nossos trabalhos, gostaria de convidar os Srs. Vice-Secretários a ocuparem os seus lugares na Mesa.

Na ausência de um Vice-Secretário, convido o Sr. Deputado mais novo para exercer essa função. Convido então o Sr. Adlander de Matos a ocupar o lugar na Mesa.

Bom, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tratando-se de uma reunião especial, que é de abertura da 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, apresentámos um projecto de ordem do dia que prevê a intervenção do Presidente da Assembleia Nacional e dos representantes dos Grupos Parlamentares, que quiserem fazê-lo, para dirigirem as suas mensagens como tradicionalmente se faz nesta Casa Parlamentar.

O que vem no Boletim está contrário à ordem que assentamos na Conferência de Líderes, dado que entendemos que a mensagem de abertura da Sessão deve ser feita, em primeiro lugar, pelo Presidente da Assembleia e depois, em seguida, a intervenção dos representantes dos Grupos Parlamentares.

Posto isso, não havendo inconvenientes, gostaria de dirigir algumas palavras a esta Assembleia, em jeito de mensagem de abertura.

«Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Depois do nosso empossamento, no dia 11 do mês de Setembro passado, estamos aqui de novo reunidos para iniciar a 1.<sup>a</sup> Sessão da presente Legislatura, empenhados em encontrar soluções para os problemas do nosso país, a fim de melhorar a quota da nossa credibilidade no seio das nossas populações, lançando deste modo as primeiras sementes do fortalecimento da nossa instituição.

No momento actual, o estado da Nação coloca-nos perante uma tarefa gigantesca que não nos permite estabelecer a prioridade das acções a empreender. Contudo, o conhecimento da nossa realidade e a experiência vivida ao longo dos anos no seio da nossa instituição levam-nos a admitir um critério de actuação, de acordo com a natureza das questões, isto é, se são pendentes, urgentes e as que surgirem da nossa dinâmica funcional nesta Legislatura.

Não devemos esquecer-nos de que as nossas intervenções estão sujeitas aos condicionalismos próprios de todo e qualquer processo em evolução. No rumo das nossas preocupações deverá estar, certamente, o fortalecimento da nossa instituição, no sentido de desempenhar as funções parlamentares que nos são consagradas na Constituição e nas leis da República, designadamente, a ordenadora, tribúncia e fiscalizadora. Essas funções exigem que seja retomada a reforma parlamentar já iniciada na legislatura anterior, e não concluída, permitindo desta forma que a nossa função ordenadora seja exercida pelo Plenário nos debates e aprovações na generalidade de iniciativas parlamentares e relegando os restantes procedimentos legislativos para o trabalho das Comissões Especializadas Permanentes, em razão da

matéria, devendo o Plenário voltar a tratar do assunto que for objecto de recurso dos Deputados e grupos parlamentares.

Nesse sentido, o trabalho do Plenário seria mais intenso sobre questões políticas no seu estrito sentido, nomeadamente, no que respeita a debates com o Governo e os considerados relevantes pelos grupos parlamentares, apreciação de requerimentos e relatórios de inquéritos parlamentares, entre outros.

Deve constituir a nossa preocupação, porque a sociedade civil espera de nós, um forte empenho na moralização do nosso processo eleitoral, fundamentalmente no que concerne ao caso do chamado «banho eleitoral». Ainda enquadrado no processo eleitoral deve constituir a nossa preocupação as formas de eleição dos Deputados, ou seja, a nossa própria proveniência como Deputados da Nação, para melhor representar o povo. Nesse sentido, apelo às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados uma atenção especial e uma atitude pró-activa.

Além dessa tão importante actividade há outra de não somenos importância, senão tão mais ainda, que é a nossa interacção directa com a sociedade e a imagem que dela emitimos para fora da nossa instituição com o uso da nossa prerrogativa tribunicia.

O Deputado goza de prerrogativas de imunidades material, não respondendo, por isso, civil, criminal e disciplinarmente por votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções. Essa prerrogativa incute em nós Deputados mais responsabilidade no uso da palavra e uma obrigação de a usar com o dever aos princípios éticos, morais e de acordo com os interesses gerais acima dos nossos próprios interesses.

Na qualidade de Presidente da Assembleia, asseguro às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados que não pouparei esforços no sentido de lhes garantir as melhores condições de trabalho, bem como a eliminação de quaisquer perturbações ou impedimentos que lhes possam impedir de exercer as suas funções.

Para que se possa atingir esses objectivos torna-se de capital importância o reforço de capacidade dos nossos órgãos e de nós próprios como Deputados e também dos quadros de apoio.

Na categoria de questões pendentes, podemos considerar, por exemplo, a necessidade de mais rapidamente possível criar condições tendentes à aprovação do novo texto do Código Penal, face ao veto presidencial, como um importante passo para o nosso trabalho de legislação, pois que o Código Penal é um dos instrumentos fundamentais do nosso ordenamento jurídico, sem o qual os órgãos judiciais não estarão em condições de administrar uma justiça mais célere, credível e objectiva.

Neste âmbito de questões pendentes, ainda devemos incluir, de igual modo, o exame e a clarificação de algumas disposições transitórias do Estatuto da Magistratura Judicial, no tocante ao número de mandatos dos magistrados.

A nomeação dos Juizes Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, a renovação da composição do Tribunal Constitucional, a efectivação dos novos governos das magistraturas judicial e do Ministério Público, assim como o exame e clarificação da composição e mandato das comissões eleitorais, constituem os desafios que devem merecer a nossa particular atenção nesta Sessão Legislativa.

Obviamente, como tarefa imperativa e urgente, temos, nos termos constitucionais e regimentais, a apreciação das propostas das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eis em linhas gerais o que pensamos ser as matérias que devem constituir a nossa preocupação de imediato no plano interno. No plano internacional, torna-se necessário consolidar e ampliar as relações já existentes, uma vez que estas têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento desta assembleia nacional. Neste contexto, a troca de experiências e culturas que possam ser levadas a cabo pelos grupos de amizade são, de igual forma, importantes para o aprofundamento dessas relações. Ainda neste capítulo, não podemos deixar de realçar o nosso papel no quadro da Assembleia Parlamentar da CPLP, sobretudo na nossa qualidade de Presidente desta instituição internacional.

Esforços devem ser desenvolvidos para a criação de Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Parlamentar da CPLP, decisão tomada consensualmente pelos parlamentos membros na segunda sessão da instituição realizada em Lisboa, visando dotá-la de órgãos permanentes para o exercício das suas funções, assim como para a resolução de questões que se prendem com a sua sede e quotização, a fim de transferir com êxito a nossa presidência ao parlamento de Timor-Leste, em conformidade com os estatutos desta organização.

Confiantes na nossa determinação e dinamismo, metamos as mãos à obra, sem mais delongas.

Declaro aberta a 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IX Legislatura da Assembleia Nacional.

Muito obrigado pela vossa atenção.»

*Aplausos gerais.*

Em seguida, e se o desejarem fazer, convido os representantes dos Grupos Parlamentares a fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do PSD, o Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — «Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nesta reunião plenária,

consagrada à abertura da 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IX Legislatura deste Órgão, permitam-me que saúde a todos, augurando que, com o nosso empenho, saber e dedicação, possamos contribuir, efectivamente, para o eficaz funcionamento da Assembleia Nacional e, conseqüentemente, para a melhoria da governação do nosso maravilhoso país.

Sáídos recentemente de um processo eleitoral que deixou bem evidente o sentido da vontade popular, sejamos capazes de corresponder ao veredicto das urnas, uns exercendo a governação, outros fiscalizando a mesma, mas todos tendo apenas como finalidade o estrito cumprimento dos interesses do nosso povo.

Continuando, embora a defender as nossas convicções e pontos de vista, que balizam naturalmente as diferenças entre nós, trata-se a partir de agora de nos centrarmos nas questões susceptíveis de transmitir assinalável impulso à Casa Parlamentar.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tal como foi já preocupação na anterior legislatura e, neste aspecto, seria injusto não recordar e honrar a memória do ilustre dirigente parlamentar o falecido Presidente Francisco da Silva, impõe-se perante nós a necessidade de uma reforma que, para além de tomar mais claros os mecanismos de iniciativa legislativa, de fiscalização e de controlo da acção governativa, sermos capazes de fazer com que a Assembleia Nacional seja mais eficaz, mais célere, mais participativa e moderna.

Neste aspecto, toma-se verdadeiramente urgente retomar a proposta de reforma avançada na última legislatura que, por variadas razões, não chegou então a ser discutida, tanto pelo sentido que lhe estava subjacente, como pelo alargado âmbito das questões ali levantadas, dentre elas a revisão da Lei Eleitoral, onde se salientam, dentre outros aspectos, os seguintes: a questão da melhor representação dos Deputados; a eliminação de vícios eleitorais; a fixação, em termos comparativos, com o que se passa em várias regiões do mundo, do número de Deputados por habitantes; a consagração de um período mais regular e efectivo de contactos entre Deputados e eleitores.

Tal como fica bem claro, a presente declaração do Grupo Parlamentar do PCD estabelece como prioritário o funcionamento da Assembleia Nacional, enquanto garante da boa governação por parte do Executivo, cujas acções lhe cabe por lei fiscalizar, isto é, partamos primeiro de nós, reforçemos a nossa organização e, só depois disso, interpelemos os outros.

Daí que, do alargado rol dessas acções, a nosso ver, algumas assumam uma transcendente importância para esta augusta Assembleia, a saber: a mudança de atitudes e comportamentos dos Deputados, visando aumentar o prestígio do Parlamento, evitando-se a repetição de cenas e intervenções de algum modo desfasadas do que é verdadeiramente a nossa missão de mulheres e de homens públicos; o reforço da produção legislativa, aspecto que se vem configurando como uma inequívoca fraqueza da Assembleia Nacional e que urge corrigir, de modo a que a Casa Parlamentar assuma de forma mais peremptória as suas responsabilidades; o reforço da capacidade de controlo e fiscalização do Governo e da administração pública; a exigência da maior assiduidade e pontualidade dos membros das Comissões Especializadas Permanentes às sessões destas, impondo-se, desde já, a adopção de medidas susceptíveis de dissuadir ausências e atrasos injustificáveis; o aumento do número de debates políticos no Parlamento, fazendo deste o maior centro de confrontos de ideias; a realização, na Assembleia Nacional, de conferências sobre os temas mais diversificados, instituindo-se para tal a obrigatoriedade da presença das Deputadas e dos Deputados; maior atenção a conceder às petições dos cidadãos, enquanto demonstração inequívoca do reconhecimento que têm da Assembleia Nacional como um órgão democrático efectivamente a seu serviço; um maior relacionamento com a comunicação social.

Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, estas são apenas algumas ideias que, conhecedores como somos do contexto parlamentar, nos apraz trazer à baila nesta Sessão.

No que se refere particularmente ao importante e intenso trabalho desenvolvido nas comissões, longe dos benefícios de imagem da comunicação social, importa alertar a todos os Deputados, em particular os que assumem pela primeira vez o desempenho destas funções, que o que verdadeiramente importa não é pertencer a esta ou aquela comissão, mas sim estar presente nas reuniões dessa e ter a capacidade e a vontade de contribuir, efectivamente, com o seu saber para o bom êxito dos seus trabalhos.

Estimadas e estimados Deputados, o desafio está lançado e a Assembleia Nacional parte agora em cumprimento das suas reais obrigações. Que seja então único o nosso desejo de corresponder a esse repto, através de um desempenho devidamente dedicado e convicto que nos dignifique aos olhos de quem tão generosamente nos elegeu.

Por conseguinte, aproveitamos esta sublime para cumprimentar todo o povo são-tomense, o que é extensivo a toda a comunidade estrangeira aqui residente, que conosco labuta em prol do desenvolvimento do nosso país.

Uma saudação especial e muito particular aos militantes, amigos e simpatizantes do PCD, a quem endereçamos os sinceros agradecimentos pela confiança em nós depositada e pela corajosa convicção no nosso partido.

Bem-haja e muito obrigado.»

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, o Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, desejar rápidas melhoras ao Sr. Vice-Presidente Júlio Smith.

«Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Caras e Caros Deputados: Quero, em primeiro lugar, saudar calorosamente as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Quero, a partir deste pódio, saudar igualmente o povo de S. Tomé e Príncipe, a quem devemos render continuamente a melhor das homenagens.

Enquanto representantes do povo, são-nos atribuídos, a nós os Deputados, poderes para o controlo da acção governativa, sendo contudo que no exercício desse controlo somos chamados a intervir com um elevado sentido de responsabilidade para que os interesses superiores do povo sejam sempre salvaguardados, respeitados e realizados. É pois que a nossa acção de controlo deva ajudar a imprimir melhor dinamismo e mais eficácia à actividade governativa, promover o desenvolvimento do país e melhorar a vida das populações.

Para o exercício das funções de controlo das acções governativas pelo Parlamento, a Constituição e o Regimento da Assembleia Nacional constituem um conjunto de instrumentos específicos a funcionarem com a intervenção dos Deputados. Pode-se assim referir à aprovação do Programa do Governo, à aprovação do OGE, dos Planos de Desenvolvimento e das Contas do Estado, ao debate e votação das moções de censura e de confiança, às perguntas ao Governo e aos inquéritos parlamentares.

Os poderes de controlo dos Deputados não estão limitados, sendo assim que, fora mesmo do âmbito desses instrumentos, eles podem se manifestar. Naturalmente que o Deputado é um observador e um analista atento. Ele pode, pois, detectar que do dia-a-dia da gestão do País sejam necessários ajustamentos para melhorar a situação social, económica e até mesmo política do povo e das suas instituições. Neste contexto, é um dever do Deputado alertar o Governo quanto à necessidade de introdução de medidas correctivas para uma melhor satisfação dos interesses e das aspirações do povo de São Tomé e Príncipe.

Não podemos desperdiçar a oportunidade para chamar a atenção da necessidade do cumprimento e respeito escrupuloso dos direitos e liberdades individuais, pois que, perante o imperativo da restauração da autoridade do Estado, se possa resvalar na profunda violação das garantias e direitos consagrados constitucionalmente aos cidadãos. Um episódio preocupante para o respeito dos direitos do homem teve lugar mediante uma medida administrativa expedida para a expulsão de um cidadão estrangeiro com residência legalizada no Território Nacional. Tratou-se de um atropelo grave aos direitos da pessoa humana que era necessário corrigir-se de modo a se evitar que ela viesse a se constituir num precedente para o futuro.

A eficácia da própria orgânica do Governo deixa a desejar. A nova arrumação dos serviços da administração, como consequência da constituição do actual Governo, leva tempo para se acomodar. A falta de experiência na gestão dos assuntos públicos é cada vez mais notória. A administração não consegue transmitir sinais sérios de boa funcionalidade. A inexistência de um sector da Agricultura nos parece ser um problema relevante. Trata-se de alertas com o intuito de ajudar o Governo a reflectir mais profundamente sobre a condução dos assuntos públicos.

O nosso Grupo Parlamentar, consciente dos êxitos macroeconómicos alcançados nos últimos tempos, seguirá atento à sua evolução, bem assim, no que tange às medidas que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas singulares e o crescimento das pessoas colectivas. Estamos igualmente expectantes das reformas introduzidas no sector da Educação e da Saúde.

A partilha de informações sobre questões que se prendem com a defesa e segurança do Estado é imprescindível nesta altura. Registámos o posicionamento do Governo e as reformas a serem introduzidas neste sector que, lamentavelmente, não foram objecto de análise aquando da discussão do Programa do Governo.

A convivência pacífica e a busca de consensos para as áreas partilhadas são fundamentais em democracia e salutares para o diálogo democrático. O MLSTP/PSD tem experiência e saber que modestamente colocaremos ao dispor do Governo, sempre que solicitados, de maneira honesta e clara.

As mudanças de que o País precisa passam, necessariamente, pela mudança das nossas organizações, dos nossos grupos parlamentares, das nossas práticas, das nossas posturas e, em suma, de nós mesmos.

Assim assumiremos o nosso compromisso de trabalho e dedicação à causa do povo de São Tomé e Príncipe, para transformar as condições de vida das nossas populações, para lhes permitir viver com dignidade.

A mudança de que o País precisa vai também exigir uma nova atitude da comunicação social. Vivemos num país sem debates, mas a comunicação social estatal pode contribuir para uma cultura de debate, baseada no conhecimento que fomente ideias e não inimizades, que transmita valores e não insultos, que é uma forma baixa de fazer política.

A nova Legislatura deve ser transformada num novo ciclo de mais tolerância, de mais diálogo construtivo para o bem dos são-tomenses. Cada um de nós deve, individualmente, fazer esse esforço que é difícil, mas a maioria de nós está pronto a fazer sacrifícios para o bem da Nação. Façamos este sacrifício que é pequeno!

Devemos adoptar modelos de comportamento e atitudes que sirvam de referência aos mais novos. É imperativo que todos possamos proporcionar um ambiente de confiança naqueles que têm em nos como seus representantes. Assim contagiaremos a juventude com exemplos para seguir na construção do futuro. Quando traçamos o panorama do futuro e dos resultados que pensamos atingir com as nossas acções, enquanto órgão de soberania, a referência à juventude é obrigatória, porque é a franja maioritária e principal destinatária do que fazemos e são seguidores dos nossos passos. Devemos despertar neles atitudes pró-activa.

Dizia uma eminente personalidade do nosso país o seguinte: “hoje, como resultado da própria independência, dos avanços e recuos registados no nosso processo de desenvolvimento e de uma complexidade acrescida do mundo resultante de mudanças rápidas e profundas, os desafios que se colocam à participação dos jovens são mais complexos, às opções mais diversas, os objectivos mais heterogéneos, as motivações mais difíceis de serem articuladas num único projecto congregador. O olhar da sociedade sobre a juventude está carregado de mitos e preconceitos. É preciso mudar esse olhar; é preciso entender melhor e ouvir o que os próprios jovens querem e pensam do futuro, em vez de instrumentalizar a juventude com discursos de circunstância, anátemas do passado, estigmatizações estereis e promessas de futuro sem fundamento no presente, manipulando aspirações e dificuldades reais.

Com o modelo de governação colonial no que diz respeito à estrutura do Estado, ficou evidente que havia uma clara ambição e vontade de realizar as grandes aspirações que constituíram a causa e a justificação da adesão do nosso povo na luta pela emancipação política. Esta ambição e vontade foram traduzidas nas políticas sociais que o Estado independente de São Tomé e Príncipe levou a cabo nos primeiros anos da sua existência: campanhas de alfabetização massivas; ensino universal e gratuito; saúde gratuita; concessão massiva de bolsas de estudo a jovens para formação no exterior e uma intensa e quase permanente mobilização das populações para fazer do trabalho um vício.

Infelizmente, e talvez dramaticamente, mais abertura política não trouxe ainda mais diálogo; não aumentou o nível de tolerância pela diferença; não proporcionou o surgimento de lideranças esclarecidas; não criou referências duradouras baseadas em valores e princípios, para as gerações mais novas.

Infelizmente e talvez fadivamente, os novos tempos são tempos em que a degradação da autoridade do Estado, da família e das instituições de referência da sociedade e dos valores éticos e morais que fundaram a nossa identidade e consciência de povo, acompanham a degradação do meio ambiente e da identidade dos são-tomenses.

Quando o passado fica distante demais e as sociedades perdem suas memórias, o presente fica menor. Quando o futuro fica distante demais e as sociedades perdem os seus referentes e não mais conseguem sonhar e criar utopias, o presente fica cada vez mais atrofiado e amorfo; o presente passa a ser o único tempo, pequeno, demasiado pequeno, porque falta-lhe referências, sustentação, alternativas e distanciamento necessário para ganhar o impulso e o entusiasmo, sem os quais uma nação não encontra forças para caminhar em frente. O que acontece nestas circunstâncias é que o passado a que se renuncia e o futuro radioso que se anuncia tendem, impiedosamente, a esmagar o presente, a diminuí-lo e até mesmo a aniquilá-lo”.

Nós, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, iremos fazer uso das prerrogativas, quer no âmbito específico do nosso grupo, quer em concertação com outros grupos parlamentares, para levarmos a cabo iniciativas legislativas que possam implementar as grandes reformas de que o nosso Estado necessita.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, peço desculpas por não ter feito referência ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, embora de composição multipartidária, o conjunto de Deputados que constituem a Assembleia Nacional reflecte a vontade popular e não queremos defraudar as expectativas daqueles nos elegeram.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, nesta Legislatura, vai trabalhar no sentido de garantir o exercício pleno da democracia e buscar mecanismos que visem consolidá-la e garantir o desenvolvimento sustentado do país, claro, em colaboração com os outros grupos parlamentares.

Depois de instaladas as distintas Comissões e serviços da Assembleia Nacional importa que um espaço de reflexão se abra para as grandes questões nacionais.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD assume exercer de forma plena a iniciativa parlamentar, impulsionando o aumento da produção legislativa, sobretudo em domínios da nossa competência enquanto Assembleia Nacional.

Importa reflectir sobre algumas questões, dentre as quais quero destacar a necessidade de retomar o debate nacional sobre a divisão político-administrativa e os mecanismos do redimensionamento dos diferentes poderes do Estado.

Importa, igualmente, reapreciar a Lei Eleitoral a curto prazo, se tivermos em conta o pleito eleitoral que se avizinha. Sobre este assunto a adopção ou não da obrigatoriedade do voto e as suas implicações irão merecer a nossa.

A transparência no financiamento das actividades eleitorais dos partidos deve também ser um aspecto a relevar. A forma de actuação e participação dos partidos sem assento parlamentar deve ser matéria para as análises futuras.

A problemática da distribuição da terra é, no nosso entender, um assunto inadiável, porque a pequenez do País e a forma como se vem procedendo a alienação das parcelas de terra poderá, a breve trecho, transformar estas ilhas num autêntico protectorado.

A Assembleia deve chamar a si a revisão da Lei da Nacionalidade e estabelecer novos critérios para a aquisição da cidadania são-tomense.

Minhas senhoras e meus senhores, a Constituição política fixa os princípios de relacionamento institucional, não devendo ser evasivo ou atentatório o poder fiscalizador desta augusta Assembleia. É preciso que todos sejamos exímios no exercício do poder de que somos detentores. Ora, é nesta qualidade que devemos ter um papel interventivo na protecção do interesse geral e na melhoria das condições de vida das nossas populações.

Por outro lado, os aspectos organizacionais desta Assembleia devem ser objecto da nossa reflexão. A curto prazo, consideramos que é necessário rever a Lei dos Titulares dos Cargos Políticos, introduzindo alguma justiça e reconhecimento aos que tão nobre funções exercem. A profissionalização do Deputados deve ser a aposta urgente.

Daí que esperamos que esta Legislatura seja fértil em iniciativas e abundante em resultados. Bem-haja, muito obrigado.»

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da ADI, o Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que não serei tão longo como o meu colega Deputado do MLSTP/PSD.

*Risos e murmúrios.*

«Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Colegas Deputados: Iniciamos hoje a 1.<sup>a</sup> Secção Legislativa da IX Legislatura.

Gostaríamos de pedir a todos os Deputados, como dignos representantes do povo, no sentido de transformarmos esta Legislatura numa legislatura de trabalho, que cada grupo parlamentar desse o seu melhor na apresentação de iniciativas, melhorando a capacidade de legisferação da Assembleia Nacional.

Estamos em crer que todos nós temos consciência da grande tarefa que temos pela frente, que passa por mudar São Tomé e Príncipe.

Pedimos, encarecidamente, a todos Deputados para que nas discussões em plenária optássemos por uma postura urbana e de civilidade de modo a dignificarmos a instituição que representamos.

Não gostaríamos de ver de novo os episódios tristes que assistimos na VIII Legislatura, com questões de índole pessoais e particulares a virem ao palco da Assembleia Nacional, com troca de acusações que em nada dignifica a instituição e muito menos a nós os Deputados.

Para o bem de todos, devemos transformar este palco num lugar privilegiado de debates de ideias, projectos e programas, de forma a encontramos consensos sobre as grandes causas nacionais, condições necessárias para se ultrapassar os grandes e graves problemas que hoje afectam o nosso país, tais como: a extrema pobreza, a precariedade dos sistemas sanitários, entre outros.

A obra é grande e só temos que fazer a nossa parte e o Grupo Parlamentar da ADI está disponível a participar, positivamente, em tudo que vier para mudar São Tomé e Príncipe. Faremos e daremos o nosso melhor.

Todos temos de ter a consciência que, se não se fizer as coisas certas hoje, as coisas terão um enorme custo amanhã. Prova disto é a situação actual. Fomos adiando, adiando e, no nosso entender, já não há tempo para voltarmos a adiar. Temos que fazer, quanto não estaremos a comprometer toda uma nova geração.

O tempo é de acção e não de palavras. Repito, o tempo é de acção e não de palavras.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sendo que a frase mais ouvida no momento é «mudar São Tomé e Príncipe», lanço, a partir deste pódio, um desafio a todas as Senhoras e Senhores Deputados: vamos também Mudar a Assembleia nacional. Mudar significa ter uma nova atitudes e esta nova atitude passa, sem dúvida, em sermos mais dialogantes, irmos em busca dos grandes consensos, sem complexos e muito menos rancores do passado.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é correcto e, certamente justo, que tenhamos confiança nas nossas capacidades em mudar São Tomé e Príncipe, enquanto estado nação, mas é necessário ter também a coragem de encarar a verdade dos factos e proceder às mudanças que sejam necessárias; na política como na sociedade em geral; na esfera pública como na actuação de cada um em particular.

Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em tempos, reconhecidamente, difíceis como aqueles em que vivemos não são aceitáveis que existam santomenses que se considerem dispensados de dar o seu contributo, por mais pequeno que seja. O alheamento não é

uma forma adequada – nem, certamente, eficaz – de enfrentar os desafios e resolver as dificuldades, todos somos poucos para enfrentar esta grande tarefa que é mudar São Tomé e Príncipe.

Tanto no Estado como na sociedade civil é preciso adoptar uma cultura de transparência e de prestação de contas, só assim enviamos a sociedade um sinal de confiança nas instituições. A chave da confiança está na verdade.

Alguém dizia, «a verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença, o trabalho deve ser a nossa bandeira, esperança é a palavra».

Muito obrigado.

*Aplausos.*

O Sr. **Presidente**: — Agradecemos as mensagens dos diferentes grupos parlamentares. Penso que registamos com toda atenção e faremos tudo para que de facto algumas propostas sejam de facto realizadas.

Seguidamente, vamos entrar no trabalho da reunião, temos como o primeiro ponto o projecto de lei de Fixação do Elenco das Comissões Especializadas Permanentes como manda o nosso Regimento, especificamente o artigo 48.º.

Tivemos o trabalho juntamente com os líderes parlamentares e fixámos, de igual modo, com outra legislatura cinco comissões.

Fizemos um projecto de resolução para que seja formalmente fixado.

Tem a palavra a Sr.ª Secretária, para a leitura do projecto.

A Sr.ª **Secretária**: — Sr. Presidente, o projecto de resolução é do seguinte teor: «Preâmbulo. Considerando que, nos termos do artigo 48.º do Regimento da Assembleia Nacional, o elenco das comissões especializadas permanentes e a competência específica de cada uma delas são fixados no início de cada legislatura, por deliberação do Plenário e sob a proposta do Presidente, ouvida a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição Política, o seguinte:

Artigo 1.º. O elenco das Comissões Especializadas Permanentes para a IX Legislatura, discriminado pela sua numeração e denominação, é o seguinte:

- 1.ª Comissão – Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais;
- 2.ª Comissão – Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros;
- 3.ª Comissão – Comissão dos Assuntos Sociais;
- 4.ª Comissão – Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais;
- 5.ª Comissão – Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania;

Artigo 2.º.

1. Compete à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais dar tratamento as seguintes matérias:

- a) Assuntos políticos, constitucionais e jurídicos;
- b) Administração política, central, regional e local;
- c) Defesa e ordem interna;
- d) Relações exteriores e migração;
- e) Competências regimentais atribuídas à Comissão de Regimento e Mandato;
- f) Outras áreas afins.

2. Compete à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros dar tratamento às matérias que se seguem:

- a) Grandes opções de plano, orçamento e conta geral do Estado;
- b) Política orçamental e de finanças públicas;
- c) Comércio e Indústria;
- d) Turismo e Hotelaria;
- e) Agricultura e Pescas;
- f) Outras áreas afins.

3. Compete à Comissão dos Assuntos Sociais dar tratamento às seguintes matérias:

- a) Saúde;
- b) Educação;
- c) Habitação;
- d) Cultura;
- e) Emprego e Formação Profissional;
- f) Trabalho e Segurança Social;
- g) Protecção Social e Solidariedade;
- h) Juventude e Desporto;
- i) Comunicação Social;

j) Outras áreas afins.

4. Compete à Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais dar tratamento às seguintes matérias:

- a) Obras Públicas e Urbanismo;
- b) Portos e Aeroportos;
- c) Transportes e Segurança Rodoviária;
- d) Comunicações;
- e) Água e Energia;
- f) Recursos Petrolíferos;
- g) Recursos Marinhos;
- h) Meio Ambiente;
- i) Outras áreas afins.

5. Compete à Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania dar tratamento às seguintes matérias:

- a) Direito Humanos;
- b) Petições, reclamações e sugestões dos cidadãos;
- c) Género;
- d) Problemática do HIV/Sida;
- e) Crianças órfãs e vulneráveis do HIV/Sida;
- f) Outras áreas afins.

Artigo 3.º. A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 13 dias do mês de Outubro do ano 2010.»

O Sr. **Presidente**: — Sr. <sup>as</sup> e Srs. Deputados, ouvimos a leitura do projecto de resolução, está o debate aberto. Quem quiser se pronunciar, na generalidade, sobre o projecto, faça favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, porque não estamos na posse da resolução, pareceu-me ouvir na leitura feita pela Sr.ª Secretária que a Assembleia resolve, nos termos tal do artigo tal... Parece-me que o Regimento estabelece o formulário para as resoluções e, como está regimentado, não sei se o termo «resolve» está correcto, de acordo com o artigo 266.º do Regimento da Assembleia Nacional. É apenas para clarificação, porque não tenho o texto.

O Sr. **Presidente**: — O texto diz claramente: «A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:»

O que diz o artigo 97.º? Diz: «É competência da Assembleia fazer leis e votar moções e resoluções».

É uma resolução. O Sr. Deputado Arlindo Barbosa tem alguma proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — No artigo 266.º do Regimento da Assembleia Nacional há um formulário para as resoluções e em relação à resolução diz o seguinte: «A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte...» Parece-me, porque não tenho o texto da resolução, que a Sr.ª Secretária disse «...resolve, nos termos...». Era só esse esclarecimento que queria ter. Se é vota ou resolve.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, a Assembleia Nacional vota, ao invés de resolve.

Há mais alguma observação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, bom dia a todos. É uma questão de pormenor.

No artigo 2.º, n.º 1, diz: «Compete à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais dar tratamento as seguintes matérias:

a) Assuntos Políticos, Constitucionais e Jurídicos.» Parece-me que há um desfasamento em relação ao nome da Comissão. Dá-se o título de Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais, mas na alínea a) foi suprimida a questão Institucional. Não sei se há alguma razão para isso.

O Sr. **Presidente**: — Não será que o Institucional seja Administração Pública, Defesa e Ordem Interna, Relações Externas...

O **Orador**: — Sr. Presidente, por outro lado, geralmente, na 1.ª Comissão ocorriam as matérias ligadas a Comunicação Social e passaram agora para a 3.ª Comissão. Não sei se isso foi estudado ou houve alguma alteração, por isso levanto a questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, acompanhei atentamente a proposta do Sr. Deputado Arlindo Babosa. Gostaria de lembrar a esta Assembleia de que a Lei das Regras de Legística, isto é, Lei n.º 9/2008 no seu artigo 12.º formulário dos diplomas da Assembleia Nacional, ponto 4 diz: as resoluções da Assembleia obedecem aos seguintes formulários. «A Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea...»

Isso é uma lei. Muito obrigado Sr. Presidente.

**Uma Voz**: — *É irrelevante.*

**Delfim Neves**: — *Aí seria uma redundância.*

**José Viegas**: — *Não é área social, mas sim institucional.*

O **Orador**: — No Regimento trata-se de resolução e estamos a falar da lei.

O Sr. **Presidente**: — Penso que não é um problema de fundo. Podemos conviver com a palavra «resolve». Isto é, a resolução resolve. É irrelevante.

Está ultrapassado mas temos agora o problema levantado pelo Sr. Deputado Albertino Bragança que diz que no artigo 2.º alínea a) fosse acrescida o termo «Institucional». Assim, ficaria «Assuntos Constitucionais Políticos, Jurídicos e Institucionais».

A questão de Comunicação Social vem inserida na 3.ª Comissão e o Sr. Deputado Albertino Bragança diz também que habitualmente é uma área institucional e assim devia estar na 1.ª Comissão. Isso faz sentido?

O serviço apresentou-me a resolução relativo à Legislatura anterior que coloca de facto a comunicação social na Comissão de Assuntos Sociais. É pacífico.

Então, passemos a comunicação social para a 1.ª Comissão.

Passamos à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.*

Passemos à votação na especialidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.*

Passemos à votação final global.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 54 votos a favor.*

Portanto, consideramos aprovado este projecto de resolução.

Passemos ao outro projecto de resolução que trata da fixação do número de Deputados em cada uma das Comissões Especializadas Permanente também a um trabalho elaborado ao abrigo do artigo 42.º do Regimento com a colaboração dos líderes parlamentares e produziram também um projecto de resolução em que convido a Sr.ª Secretária Permanente Celmira Sacramento proceder à leitura.

Tem a palavra a Sr.ª Secretária.

A Sr.ª **Secretária**: — Sr. Presidente, passo à leitura do projecto de resolução, preâmbulo.

«Considerando que nos termos do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Nacional, o número de membros de cada Comissão e a sua distribuição pelos diversos partidos são fixados no início de cada legislatura por deliberação do plenário sobre proposta do Presidente ouvida a conferência dos representantes dos grupos parlamentares. A Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição Política, o seguinte.

Artigo 1.º. A composição de cada Comissão especializada permanente para IX Legislatura é a seguinte:

Quatro membros do Grupo Parlamentar da ADI, quatro membros do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, um membro do Grupo Parlamentar do PCD e no total nove membros.

Artigo 2.º. A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2010.

O Sr. **Presidente**: — Ouvimos a leitura do projecto resolução e penso que é uma resolução consensual, todavia convido os Senhores Deputados que tenham observação a fazer sobre esta distribuição de nove membros de cada Comissão, sendo quatro do grupo parlamentar de ADI, quatro do grupo parlamentar do MLSTP/PSD e um do grupo parlamentar do PCD. Se não há comentário, então podemos passar à votação.

Quero chamar atenção aos Srs. Deputados que no momento da votação não deve haver movimentação. Passemos então à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 53 votos a favor.*

Passemos à votação na especialidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 53 votos a favor.*

Passemos à votação final global.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 53 votos a favor.*

Passemos ao último ponto da ordem do dia que é a eleição de representantes da Assembleia Nacional no Conselho de Estado e no Conselho Superior de Defesa.

Essa eleição é feita tendo em conta as disposições dos artigos 253.º a 257.º do Regimento.

Há uma proposta apresentada e subscrita pelos três líderes parlamentares. Assim, gostaria de convidar a Sr.ª Secretária a proceder à sua leitura.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — *Temos que votar a resolução.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária.

A Sr.ª **Secretária**: — Sr. Presidente, passo a ler. Assunto: Apresentação de Candidatura.

Nos termos do artigo 254.º do Regimento da Assembleia Nacional, os Deputados abaixo-assinados vêm apresentar as candidaturas dos representantes da Assembleia Nacional no Conselho de Estado e no Conselho de Defesa respectivamente, para o Conselho de Estado os Srs. José Fret Lau Chong, Joaquim Rafael Branco e Leonel Mário d'Alva e no Conselho Superior de Defesa: Hélder Paquete Lima e Alcino Martinho de Barros Pinto.

Queira aceitar, Excelência, os nossos melhores cumprimentos.

Assembleia Nacional, Palácio dos Congressos, em São Tomé, 14 de Outubro de 2010.»

Os Deputados proponentes, Idalécio Augusto Quaresma, José da Graça Viegas Pinto e Delfim Santiago das Neves.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, esta proposta foi aceite, lembro novamente que a proposta de nomes apresentada para o Conselho de Estado são os senhores: José Fret Lau Chong, Joaquim Rafael Branco e Leonel Mário d'Alva e para o Conselho Superior de Defesa: Hélder Paquete Lima e Alcino Martinho de Barros Pinto.

Srs. Deputados, há alguma observação?

A Mesa admitiu a proposta, vem dos três grupos parlamentares. Creio que isso é consensual, mas peço à Sr.ª Secretária que faça a leitura da resolução.

A Sr.ª **Secretária**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do projecto de resolução que nomeia os cidadãos para o Conselho de Estado:

«Tornando-se necessário proceder à eleição de três cidadãos pela Assembleia Nacional, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 88.º da Constituição, para o Conselho de Estado;

Sendo imperioso que assim se faça, em virtude da importância de que se reveste o referido órgão consultivo, a Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - São eleitos representantes da Assembleia Nacional no Conselho de Estado, os Srs. Deputados José Fret Lau Chong, Joaquim Rafael Branco e Leonel Mário d'Alva.

Artigo 2.º - A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2010.»

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, falou-se aqui em três Deputados para representantes da Assembleia. Acho que todos não são Deputados.

A Sr.ª **Secretária**: — Falamos em três cidadãos para o Conselho de Estado.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Mas tem que se corrigir aqui na resolução, porque aqui está Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar a votar na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Vamos então passar a votar na especialidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Vamos passar à votação final global. Todos devem votar.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Agora a Sr.<sup>a</sup> Secretária vai proceder à leitura da resolução concernente ao Conselho Superior de Defesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária**: — Sr. Presidente, vou proceder à leitura do projecto de resolução «Tornando-se necessário proceder à eleição de dois cidadãos pela Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional, no âmbito da alínea d) do n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 8/10 - Lei de Revisão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Sendo imperioso que assim se faça, em virtude da importância de que se reveste o referido órgão consultivo;

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - São eleitos representantes da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Defesa Nacional, os Srs. Deputados Hélder Paquete Lima e Alcino Martinho de Barros Pinto.

Artigo 2.º - A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2010.»

O Sr. **Presidente**: — Foi lido o projecto, vamos à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Vamos então passar a votar na especialidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Vamos passar à votação final global.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 52 votos a favor.*

Temos também um projecto de resolução para a criação do Grupo Nacional da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Propomos que esse grupo nacional seja criado hoje e o seu preenchimento será posteriormente efectuado em função dos nomes que forem apresentados pelos respectivos grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de fazer lembrar aos Srs. Deputados, fundamentalmente os novos Deputados que somos membros da Assembleia Parlamentar da CPLP. Temos que ter um grupo eleito, constituído pela Assembleia para responder às necessidades de funcionamento dessa Assembleia Parlamentar. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do projecto de resolução: «Tornando-se necessário proceder à criação do Grupo Nacional da Assembleia Parlamentar da CPLP, a Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - É criado o Grupo Nacional da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Artigo 2.º - O Grupo Nacional junto da Assembleia Parlamentar da CPLP é composto por seis membros distribuídos da seguinte forma:

1. Grupo Parlamentar do ADI, 3 Deputados;
2. Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 2 Deputados;
3. Grupo Parlamentar do PCD, 1 Deputado.

Artigo 3.º - A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em S. Tomé, aos 13 de Outubro de 2010.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de vos lembrar que, para este grupo parlamentar, é obrigatória a percentagem considerável das Sr.<sup>as</sup> Deputadas que simultaneamente serão membros da Rede de Mulheres da CPLP. Há alguma observação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, este grupo já existia na Assembleia Nacional. Penso que existe a partir do momento em que realizamos a I Assembleia Parlamentar em São Tomé. Será que o grupo perde existência com a queda da Legislatura ou agora é só necessário voltar a nomear pessoas decorrentes das eleições que foram realizadas? Não sei se o grupo tem que ser o mesmo, ou se tem que ser criado. É uma dúvida, porque o grupo já existe há cerca de 2 anos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vendo o Estatuto, ele diz que os membros do grupo devem ser Deputados. Sendo assim, havendo nova Legislatura tem-se que renovar.

Como alertou o Sr. Deputado Albertino Bragança, é um grupo a ser renovado, porque já tinha sido criado. Portanto, a resolução seria para uma renovação. Neste caso, esta resolução não vai ser submetida à votação. Temos que aguardar a sua constituição com a indicação de cada grupo parlamentar e depois teremos que aprovar a resolução numa próxima reunião, já com os nomes. O mesmo se pode dizer em relação à União Inter-parlamentar (UIP) que já existe. Há necessidade de renovar, da mesma forma a União Parlamentar Africana (UPA). Assim, fica assente que este trabalho será concluído numa próxima reunião porque há essa necessidade.

Não havendo mais trabalho na nossa agenda, gostaria de agradecer a presença e a participação das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Há uma notícia que chegou à última hora dos Serviços de Saúde, que propõem que o Sr. Deputado Vice-Presidente Júlio Smith seja evacuado amanhã.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*